

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S



**Uma bandeira feminina:
COTAS PARA MULHERES
no Congresso**

**espaço
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

Como garantir mais espaço feminino na política

O Brasil ocupa um modestíssimo 120º lugar no ranking da Organização das Nações Unidas (ONU) que mede a participação feminina nos parlamentos. Uma posição inferior até mesmo à de vários países islâmicos, onde os direitos da mulher são bastante restritos, quando não aviltados.

Para discutir essa e outras questões relacionadas à condição feminina na política brasileira, o Espaço Democrático convidou a advogada e ativista da causa da mulher, Karina Kufa, para expor suas ideias em mais um dos Encontros Democráticos, série de eventos em que temos debatido temas de relevância para a sociedade brasileira.

Karina defende o estabelecimento de cotas para garantir maior espaço à mulher nos parlamentos - Senado, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais - recurso que já existe em pelo menos 45 países.

Esta edição traz a íntegra da palestra de Karina Kufa, realizada em maio de 2015, e dos debates que se seguiram.

Boa leitura.



ALDA MARCO ANTONIO: Estamos aqui no Espaço Democrático para tratar de uma luta que vem sendo desenvolvida no Brasil e na qual nós, mulheres, somos muito interessadas porque nos sentimos absolutamente prejudicadas pela maneira como se faz política hoje. A coisa mais difícil é uma mulher se eleger. E nós sabemos que, qualquer que seja a reforma política, se não contemplar cotas, para nós não vai ter serventia. Por isso chamamos aqui uma conferencista que é uma jovem defensora dos direitos da mulher. A secretária do PSD Mulher, Ivani Boscolo, vai fazer um resumo da biografia da nossa palestrante.

“...nós temos uma representação muito pequena. Só cerca de 10% dos parlamentares são mulheres. Precisamos mudar isso. É importante mudar isso porque, tendo mais mulheres na política, teremos mais mulheres nas empresas, mais mulheres conquistando postos na vida privada.”

“A coisa mais difícil é uma mulher se eleger. E nós sabemos que, qualquer que seja a reforma política, se não contemplar cotas, para nós não vai ter serventia.”

IVANI BOSCOLO: A nossa jovem palestrante de hoje, Karina Kufa, é uma advogada comprometida com a causa da mulher. Ela é pós-graduada pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista e pela PUC-SP e também é formada em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Karina é coautora de três livros que tratam de Direito Eleitoral. É professora de Direito Eleitoral na Escola Paulista de Direito e aparece como expositora em vários simpósios e congressos sobre o Direito Administrativo e Eleitoral. Doutora Karina, a palavra é sua.



KARINA KUFA: Primeiramente eu quero agradecer pelo convite da Alda Marco Antonio e do Espaço Democrático. É um grande prazer falar sobre esse tema com vocês. É um tema muito caro a mim. Eu tenho me movimentado bastante tentando compor grupos de mulheres para conseguir vencer algumas etapas dessa grande luta. Nós temos alguns grupos de mulheres. Um pelo Instituto Brasileiro de Direito Público, outro no Instituto Paulista de Direito Eleitoral, que eu presido, e temos algumas ações afirmativas em prol das mulheres.

Mas falando sobre o tema, por que há a necessidade de tratar de participação política da mulher? É muito simples: nós temos uma representação muito pequena. Só cerca de 10% dos parlamentares são mulheres. Precisamos mudar isso. É importante mudar isso porque, tendo mais mulheres na política, teremos mais mulheres nas empresas, mais mulheres conquistando postos na vida privada. Porque havendo mulheres para legislar sobre causas de mulheres, podem tomar um rumo questões como o aborto, o emprego e o auxílio-creche, temas que muitas vezes estão paralisados.

A dificuldade da participação é que há muitos anos a mulher foi excluída do processo político. A primeira mulher a votar foi Celina Guimarães Viana, no Rio Grande do Norte, em 1927. O voto ainda era proibido, mas houve uma autorização naquele Estado. No código eleitoral provisório, de 1932, houve a permissão para que mulheres pudessem votar, mas somente as casadas com autorização do marido, as viúvas e as solteiras com renda própria. O voto ainda não era obrigatório. Ele só veio se tornar obrigatório em 1946. Daí se verifica que fomos excluídas do processo. Já tem algum tempo que somos eleitoras, tanto que hoje somos mais de 52% do colégio eleitoral, mas isso não se reflete ainda na votação. A gente vai tratar aqui das causas disso.

“...havendo mulheres para legislar sobre causas de mulheres, podem tomar um rumo questões como o aborto, o emprego e o auxílio-creche, temas que muitas vezes estão paralisados.”

Quanto à representação, nós verificamos que, na última eleição, tivemos 9,9% do total de deputados federais eleitos; 11,4% dos estaduais, 17,3% dos senadores, e 3,7% dos governadores. Em 2012, mulheres foram eleitas para comandar 10,9% das prefeituras. Dos vereadores eleitos naquele ano, 10,9% eram mulheres. É uma margem muito pequena. Também verificamos que não há muitas mulheres no comando das Câmaras. A primeira que veio a assumir o comando da Câmara Federal foi Lúcia Viveiros, do Pará, como terceira suplente, em 1981. Tivemos outras poucas depois, e somente agora, em 2015, temos duas mulheres na mesa diretora da Câmara dos Deputados, que são a Mara Gabrilli e a Luiza Erundina, aqui por São Paulo.

Sobre o tema existe a Proposta de Emenda Constitucional 590, de 2006, de autoria da deputada Luiza Erundina, que prevê que na mesa diretora deve haver pelo menos uma mulher. Por esses dados verificamos que é muito pequena a participação e precisamos, obviamente, de cotas. Essa é a razão das cotas. Cota é uma ação afirmativa. Ela precisa existir para que haja um equilíbrio na sociedade, um equilíbrio de participação das mulheres. Existem cotas em pelo menos 45 países. Vários utilizam a cota justamente para fazer um resgate histórico e promover a igualdade.

Dados da ONU: o Brasil está em 120º lugar no ranking que mede o índice de mulheres no parlamento, perdendo para países islâmicos. Pasmem, países islâmicos, que tiram a mulher de toda a atividade externa ao lar. Na América Latina, o Brasil só perde para o Panamá. A média de participação política feminina na América é de 22%. Os países da América Latina que tem maior participação são Argentina e Costa Rica, média de 38%. É vergonhoso que o Brasil esteja com uma participação tão pequena comparada até a países próximos.

Recentemente foi aprovada na França uma lei diferenciada que talvez seja uma proposta interessante para tratarmos aqui no Brasil. Eu acho que é sempre bom resgatarmos experiências de outros países para saber como funcionam e tentar trazer para a gente. Para não servirmos de experimento, não é? Por que não usar a experiência de outros países? Lá eles chamaram de binômio eleitoral. O binômio eleitoral obriga que os eleitores votem em um homem e em uma mulher. Já disseram: “ah, aqui no Brasil isso seria inconstitucional”. Eu acredito que não, até porque temos o voto em branco. Se um homem se recusa a votar numa mulher, ele vota em um homem e vota em branco. Não vejo problema nisso.



Peru e Argentina conseguem alcançar uma boa participação política através de listas. Essas listas devem ter pelo menos 30% de mulheres. Não havendo 30% a lista não é registrada. E tem funcionado lá. Eu, particularmente, sou contra lista fechada. A lista fechada acaba tirando da disputa pessoas que não tem bons relacionamentos nos partidos. Porque a lista é votada dentro do partido, escolhida pelo partido, para só então ser aberta à sociedade. Há uma proposta do MCEE (Movimento contra a Corrupção Eleitoral, uma organização não-governamental), junto com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que prevê as listas e a participação do Ministério Público nessa eleição partidária. Mudaria todo o sistema atual. Eu não sei se isso seria interessante, até porque tira a autonomia do partido. Imaginem uma eleição intrapartidária, com o Ministério Público, com impugnações... Então, a eleição teria de começar pelo menos um ano e meio antes, para dar tempo de formar essas listas e depois colocá-las para votação aberta a toda a sociedade. Não vejo com bons olhos esse projeto.

Antes de 1995 houve a IV Conferência Mundial das Mulheres. E nessa conferência o Brasil decidiu que iria apoiar a participação das mulheres na política. Não é porque nossos parlamentares foram bonzinhos e falaram: “vamos dar uma cota para as mulheres porque eles merecem estar ao nosso lado”.

Foi uma exigência internacional, que acabou culminando na primeira lei de cotas. A primeira lei de cotas é a 9.100, de 1995. Está fazendo 20 anos. E qual é o problema dela? Primeiro, a lei dizia que 20% do total de candidatos deveriam ser mulheres. Não se fala em gêneros, mas em mulheres. Só que o partido, antes, tinha que apresentar 100% das candidaturas comparadas ao número de lugares a preencher. Com a aprovação da cota, o que eles fizeram? Ampliaram para 120%. Reduziu, diluiu a participação feminina. Vamos dar 20% para elas, mas vamos aumentar de 100 para 120% que aí a gente consegue equilibrar e elas nem vão perceber. Foi mais ou menos isso que aconteceu. Verificando que não houve resultado prático nenhum, a lei 9.504, de 1997, ampliou para 30%. Mas, de novo, deram com a mão esquerda e tiraram com a direita. Aumentaram para 150% o total de candidatos apresentados, proporcionalmente ao número de vagas. E aconteceu exatamente isso, não teve resultado. Quando da alteração do texto, foi colocado o seguinte: deverá reservar o mínimo de 30% e 70% para cada gênero. Aí usaram o termo gênero porque acreditavam que falar em “reservar para a mulher” seria inconstitucional. Discordo disso e no final vou falar bastante a esse respeito porque é a pauta do momento após a apresentação do parecer sobre a reforma política.

“ Há muitas mulheres que decidem não ter filhos, não ter marido e ser políticas, ou querem fazer tudo e dão conta. ”

E o que aconteceu? O “deverá reservar” foi entendido como não obrigatório. E aí, infelizmente, o TSE acabou entendendo dessa forma. Quem não cumpriu, não teve penalidade nenhuma. A maior parte dos partidos não cumpriu e ficou tudo bem. E aí, em 2009, veio mais uma lei, da minirreforma eleitoral, que é a Lei 12.034, e mudou a expressão “deverá reservar” para “preencherá”. E previu também a sanção. O TRE de São Paulo teve uma participação muito forte. O procurador eleitoral André de Carvalho Ramos tem uma atuação muito bacana em prol da mulher e graças a essa atuação a gente conseguiu obrigar que seja respeitada a cota de candidaturas. Para mim, não tem diferença entre “deverá reservar” e “preencherá”. Os dois são obrigatórios. Mas não foi isso que entenderam na época da interpretação dessa lei.

Além disso, há um artigo da Lei 9.504, o 93A, que fala que o Tribunal Superior Eleitoral tem que fazer propagandas institucionais para incentivar a igualdade de participação política da mulher. Também há a lei 9.096, de 1995, que prevê que os partidos políticos devem reservar 5% do fundo partidário para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. E a lei prevê que o partido que não aplicar isso, no ano seguinte tem que aplicar mais 2,5%, então 7,5%. A propaganda partidária gratuita também deve ter 10% do tempo dedicado a promover a mulher. O que muitos partidos faziam: colocavam uma mulher para fazer a propaganda eleitoral

e pedir voto para um homem. Isso já foi rechaçado. Os tribunais não estão considerando como parte dos 10% essa manobra. Entenderam como uma fraude eleitoral colocar uma mulher para pedir voto para um homem. O TRE de São Paulo faz o cálculo do tempo de propaganda usado por mulheres para checar se a lei está efetivamente sendo cumprida. Na maior parte dos Estados esta regra não é cumprida porque o Ministério Público não fiscaliza esse tempo ou não tem conhecimento de como fazer o cálculo porque realmente é uma coisa bem trabalhosa. A Justiça Eleitoral tem sido demandada cada vez mais com a introdução da Lei da Ficha Limpa, com essa questão das cotas. Então, ela realmente precisa de um investimento maior para conseguir dar essa resposta.

Em relação à questão da participação da mulher, são vários os fatores envolvidos. O primeiro é que há falta de interesse da mulher na política e existe a dificuldade de conciliação com a vida privada. Eu acho que é uma generalização. Há muitas mulheres que decidem não ter filhos, não ter marido e ser políticas, ou querem fazer tudo e dão conta. Então, jogar a culpa na mulher não é o caminho, embora muitas se enquadrem nesse perfil. O segundo fator é a falta de apoio dos partidos às candidaturas femininas. Em alguns partidos a gente vê que há o estímulo voltado à participação feminina; outros não têm nem a seção da mulher, como o PSD tem. Muitos têm, mas não há atuação. Outros têm atuação forte.

Um terceiro ponto, que eu acho importante: há poucas mulheres nas direções partidárias. Fiz um levantamento este ano e verifiquei que só um partido tinha uma presidente nacional, o PTB. É o único. A gente não vê mulheres nas direções partidárias e eu acho que com elas o cenário mudaria bastante. Porque a mulher saberia como direcionar as candidaturas femininas – pelo menos daria mais atenção a elas. E quando falo da mulher, não é a mulher machista, é a que apoia a nossa causa. Porque a mulher machista é tão prejudicial quanto o homem machista. Assim como o homem feminista é tão bom quanto a mulher feminista – se não for melhor, porque é muito mais interessante a gente ouvir um homem defendendo a nossa causa do que uma mulher. Porque ele é visto com outros olhos e a gente fica contente de saber que está atingindo mais pessoas, saber que está atingindo a consciência dos homens também, não só das mulheres.

Um quarto fator é a questão do financiamento de campanha. As mulheres têm dificuldade para conseguir financiamento privado por motivos diversos. Não conseguem doação das empresas, talvez, por falta de conscientização das companhias, que preferem doar para os homens por acharem que eles têm mais chances de se eleger.

Há a proposta de financiamento público exclusivo, com cota para financiamento de campanha das mulheres. Há também a proposta do MCCE e da OAB, que prevê a divisão do financiamento público em percentuais para presidente, governador, deputados e assim vai. Fico preocupada com essa logística. Eles querem primeiro reunir todas as eleições na mesma data. Recursos para isso, acho difícil. Na primeira eleição, vai estar todo mundo mais ou menos despreparado. Se houver percentual em lei para dividir o fundo partidário, dificilmente o partido consegue eleger um presidente, ainda mais se depender exclusivamente do financiamento público, por mais que tenha triplicado o valor do fundo partidário. Não é o sufici-

ente para bancar todas as campanhas políticas, ainda mais se o partido não tiver autonomia para direcionar o dinheiro do financiamento público para um candidato ou outro, e ainda mais se tiver um percentual para financiamento da campanha da mulher.

Eu acho que talvez seja mais interessante realizar algumas ações afirmativas para que as mulheres consigam apoio de financiamento privado. Nosso grupo está marcando reuniões com algumas empresas que têm programas para as mulheres e fazem seminários. Nesses seminários a gente tem a intenção de incluir a proposta e incentivar o financiamento de campanha da mulher. Não sei se vai ter resultado, mas é um passo inicial que decidimos dar e achamos interessante. A mulher tem que, de alguma forma, buscar o financiamento da campanha dela através das empresas, de pessoas físicas, porque sem dinheiro ninguém é eleito.

Para finalizar, vou falar sobre a reforma política que está em tramitação no Congresso. Eu me preocupei muito com o parecer do relator da reforma na Câmara, o deputado Marcelo Castro (do PMDB do Piauí). Vou pedir licença e ler dois pequenos parágrafos do parecer, das páginas 53 e 54. Eles dizem: “No sistema eleitoral adotado é também constitucionalmente questionável a ideia de estabelecer cotas de vagas para representação feminina, uma vez que isso significaria dar valores diferentes aos votos de quem escolheu um candidato homem e quem escolheu uma candidata mulher. Resta-nos, pois, fortalecer a representação feminina com recursos e outros incentivos ainda sujeitos ao debate da comissão no projeto de lei ordinária nela oriundo a complementar essa proposta. Mais do que a garantia de vagas ou candidaturas, a representação de gênero precisa garantir a formação de lideranças, de maneira que possa construir um futuro político duradouro, crescente e significativo”.

Aqui, primeiro, ele falou que cotas são inconstitucionais. Discordo e vou trazer elementos importantíssimos para rebater essa afirmação. Segundo, ele quis



ser educado, gentil, mas disse que a culpa é da mulher. Como sempre, a culpa é nossa. Vocês não estão no parlamento, não ocupam as cadeiras porque faltam lideranças femininas. Isso não é verdade. A gente tem boas lideranças. Eu já advoguei para muitas candidatas boas que não foram eleitas e dariam ótimas parlamentares, mas infelizmente há todas essas dificuldades. Sobre a inconstitucionalidade, eu acho que o deputado desconhece a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Há dois artigos, que também vou pedir licença para ler, que falam que se deve criar cotas para trazer igualdade não só na política, mas na vida social, econômica e cultural. Então, o Brasil sendo signatário dessa convenção, tendo participado, assinado, se comprometido, não deve dizer que é inconstitucional. Nós podemos aprovar as cotas, seja agora na reforma política ou seja por lei ordinária. Não há impedimento nenhum. Eu vou ler, para ficar muito claro aqui, esse posicionamento.

“Artigo 3º - Os Estados-Partes tomarão, em todas as esferas e, em particular, nas esferas política, social, econômica e cultural, todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher com

o objetivo de garantir-lhe o exercício e gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem”.

“Artigo 4º - A adoção pelos Estados-Partes de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação na forma definida nesta Convenção, mas de nenhuma maneira implicará, como consequência, a manutenção de normas desiguais ou separadas. Essas medidas cessarão quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados”.

Esse artigo 4 é muito interessante porque ele diz que as cotas são necessárias para alcançar a igualdade. A partir do momento em que a igualdade for alcançada, elas devem ser cessadas. Eu também sou a favor de cotas, mas acho que elas devem ter um prazo determinado. Assim que atingirmos uma participação efetiva da mulher, sem chances de retrocesso, não tem porque ter cotas. Enquanto isso, elas são extremamente necessárias. Eu já escrevi sobre o tema e agora estou preparando um outro artigo diante desses questionamentos levantados, sobre a inconstitucionalidade das cotas. Eu espero, nesse momento, ter contribuído com todos vocês.

ALDA MARCO ANTONIO: Nós temos aqui três parlamentares que honram muito esse encontro. A vereadora Professora Magali, de São Caetano do Sul, Rosana Maioto, que vai assumir amanhã (19 de maio de 2015) no lugar do vereador Fábio Soares (em São Caetano do Sul); vai substituí-lo por 40 dias. E a nossa querida deputada estadual Rita Passos. Rita, seria fundamental você colocar a sua posição.



“...lugar de mulher é na política. Eu completamente: lugar de mulher é onde ela quiser.”

RITA PASSOS: Minha colega aqui ao lado, a Marta, disse que lugar de mulher é na política. Eu completamente: lugar de mulher é onde ela quiser. Hoje nós temos até a presidente da República. Nós temos senadoras, advogadas, promotoras, juízas, enfim, em qualquer campo ela luta e consegue. A mulher tem foco, é muito determinada. É uma característica feminina. Ela acredita naquilo que fala. É muito positiva. São vantagens que, acho, as mulheres têm.

Eu estou no terceiro mandato de deputada estadual. Com relação à reforma política, a cada dia aparece uma proposta diferente. O meu marido é deputado federal (Herculano Passos) em primeiro mandato e a cada semana ele chega falando: “tenho novidades”. E a gente sempre fala: tomara que seja assim, tomara que não seja assado. Por exemplo, o voto em lista. Não acho correto, porque quem é que vai votar naquela candidata que está em vigésimo lugar? Ninguém, porque ela não vai ter chances. Eu acho abominável isso.

Mas o que eu gostaria de falar é que nesses três mandatos meus nunca senti preconceito. Eu seria falsa se estivesse falando outra coisa. Eu nunca senti que o público para o qual eu falava olhava para mim e pensava: “ah, é mulher, eu não vou votar nela”. O que o público de fato quer saber é se a candidata é sincera. Tem que passar transparência, aquilo que você realmente deseja fazer, a determinação... Eu jamais uso a expressão ‘eu acho’. Eu penso, eu acredito. A pessoa tem que sentir firmeza no que você fala. Eu nunca senti preconceito. E sempre fui bem votada. No segundo mandato fui a 11ª colocada dos 94 eleitos. Cadê o preconceito? Não tem preconceito.

Não sei o que vocês pensam, mas eu sou contra cota. Se nós queremos a igualdade e somos tão boas quanto os homens... Não acho que nós somos

inferiores a eles: “ah, nós somos coitadinhas, precisamos de uma cota”. Não somos coitadinhas, não. Somos valentes, temos posições. Se nós queremos igualdade, vamos disputar de modo igual. É o que eu penso. As mulheres são fortes, elas não têm que achar que devem entrar por cotas, não. Isso é humilhante. Eu não aceitaria entrar numa cota, não acho justo. O que eu vejo, de fato, é que poucas mulheres são candidatas porque é muito mais fácil encontrar homens do que mulheres. E pelo fato de a mulher sempre ter uma tripla jornada. Eu, muitas vezes, no domingo à noite estou fazendo supermercado. Mas mulher sabe fazer mil coisas ao mesmo tempo. Então, acho que nós damos conta. E o que falta, infelizmente - e isso nós temos que mexer mais com a sociedade -, é o apoio da família. Muitas vezes a mulher tem o dom da política, quer entrar, mas os familiares não ajudam. O marido diz: “acho que é melhor não”. Ou o pai, o namorado, o filho... Então, não tem aquele apoio. Se a pessoa tem o apoio dentro de casa, começa ali, ela vai forte. Se ela começa entrando devagar, pensando negativo, não vai chegar a lugar nenhum. Ela tem que acreditar que vai chegar, e tem que trabalhar para aquilo. As mulheres são valentes, não estamos abaixo, atrás dos homens, não. Somos fortes e tão boas quanto eles. Acho que a igualdade é por aí.

ALDA MARCO ANTONIO: Acabou de falar uma grande figura do nosso partido, grande orgulho das mulheres, mas uma mulher privilegiada. Ela nasceu numa família de políticos. Ela nasceu sabendo fazer política, soube fazer todas as campanhas, sabe fazer o seu mandato. E você teve muita sorte, Rita, que nunca sentiu discriminação, porque nós todas sentimos e muito. E eu só quero colocar porque eu sou a favor da cota. O Brasil só está na frente de três países, e completamente atrasados na participação da mulher

no parlamento. A Argentina tem em torno de 30%. O Chile tem porque fizeram cota. E se não tiver essa cota de eleição eu, particularmente, acho que não vamos chegar lá. Tem um estudo científico que diz que nas condições atuais, vamos nos igualar aos homens no ano 2170, algo assim. Porque nós somos em torno de 10% em todos os parlamentos. Mais da metade de todas as câmaras municipais, onde se decide a vida das pessoas nas cidades, não têm nenhuma mulher para colocar a sua opinião. Então eu acho, Rita, que a gente tem que defender - eu, pelo menos, defendendo - a cota de eleição por um período. Depois abole, porque senão vamos continuar patinando.

RITA PASSOS: Nós não deveríamos fazer uma bela de uma campanha para que as pessoas incentivem as mulheres a entrar na política?

ALDA MARCO ANTONIO: É o que nós estamos fazendo. Experiência nossa aqui: nós atingimos, em um ano e meio com o PSD, muitas das mulheres que estão aqui. Foram conquistadas em encontros nos quais atingimos mais de 40 mil mulheres diretamente em 403 municípios do Estado de São Paulo. A experiência é a seguinte: no dia da palestra é uma festa, enche de gente. Depois, para fazer a filiação e a vida partidária, as mulheres vão embora. Nós precisamos fazer essa motivação. A mulher precisa militar. Não adianta candidatar uma mulher que não tem militância política dentro do partido. Ela pensa que o partido vai fazer a campanha dela, e não vai. Ela pensa que vai receber recursos materiais para fazer campanha, e não vai. Então, é uma dureza fazer política, e é isso que nós estamos tentando discutir aqui. Agora eu queria passar para a vereadora Magali, porque ela tem um questionamento a fazer.



PROFESSORA MAGALI: Eu tenho certeza de que nós, mulheres, conquistamos um espaço muito grande no trabalho, mas não na política. Na política nós sofremos muito ainda. Infelizmente ainda temos muito a conquistar. Eu vou até perguntar para a doutora Karina quais ela considera os maiores adversários da mulher na política?

KARINA KUFA: Eu queria fazer minhas as palavras da Alda, que me antecedeu. E parabenizar a deputada (Rita Passos) pelos seus três mandatos. Realmente fico muito feliz em saber que existem mulheres com essa desenvoltura para conquistar os cargos, para exercê-los. Eu não vejo, infelizmente, isso de forma muito rotineira, tanto que eu acho que você tem que

se sentir muito grata por ter se destacado, de ter essa desenvoltura natural, porque infelizmente não é a realidade da maior parte das mulheres.

A gente foi excluída inicialmente do processo político. A mulher começou a ter a participação política muito depois do homem. E a mulher tem a dificuldade da tripla jornada, sim, mas não todas. Algumas decidem não ter filhos. Em agosto vai nascer o meu segundo, mas filho nunca me impediu de fazer alguma coisa. Preconceito, se eu disser que já sofri, não. Inclusive alguns colegas perguntaram por que eu milito na causa da mulher, porque duvidam que eu tenha tido dificuldade para conquistar meu emprego, clientes, para educação e tudo mais. E, de fato, sempre, nos espaços em que eu estive, as portas se abriram facilmente. Eu milito na causa pensando nas demais mulheres. Porque eu vejo uma grande dificuldade para elas. E já que eu tenho essa facilidade, por que não usá-la como um incentivo, um motivador para as demais mulheres que talvez passem por essa dificuldade e não tenham tanta desenvoltura?

Sobre a pergunta, acho que a dificuldade das mulheres na política está na falta de preparo. É o que a Alda falou: a mulher precisa saber como fazer a campanha dela. Como a deputada faz. Como procurar recursos, como articular, o que falar, como ser firme, como ter uma boa postura. Eu acho que esse é um ponto que a mulher precisa desenvolver. E por isso é importante essa cota de 5% de promoção da participação política da mulher. Alguns partidos já promovem isso a um bom tempo, mas outros, nem com a legislação estão promovendo. Então, é uma forma de sensibilizar os partidos a darem esses cursos de qualificação para a mulher. E não é um curso sobre legislação, mas alguma coisa ampla. Sobre oratória, marketing, trazer uma deputada como a Rita Passos para falar: "olha, é assim que você tem que fazer na

campanha para conseguir chegar aonde você quer". As cotas são importantes exatamente por isso. O termo cota é feio, eu também não gosto. Se a gente pudesse deixar de usar a palavra cota e substituir por ação afirmativa, talvez ficasse melhor. Através de ações afirmativas os outros, que talvez não tenham passado por dificuldades, enxergam aqueles que passam. O primeiro ponto, então, é a falta de preparo, mas não por culpa da mulher, mas por conta da exclusão que sempre ocorreu - e a mulher está na política há muito menos tempo que o homem.

A questão da vida particular da mulher às vezes interfere, outras não. Depende das escolhas dela. A família apoiar, sim. Nós estamos numa sociedade patriarcal, é muito mais fácil para um homem receber um não da mulher... Quantos clientes lá do escritório falam assim: "ah, minha mulher quer que eu saia da política, não quer que eu saia prefeito de novo". O que ele faz? Vai lá e sai prefeito de novo. Obviamente que numa sociedade patriarcal, não digo na minha casa, porque se meu marido falar "não", eu digo: "está bom, acho que você esqueceu com quem está falando". Mas em muitos lares não é isso que acontece. O marido fala não e as mulheres acabam cedendo. Então, eu vejo isso como dificuldade. E a questão do financiamento. Financiamento e educação. A mulher precisa saber como chegar nos empresários, nas pessoas físicas, fazer a campanha dela. Acho que falta isso. Falta preparo para a mulher disputar como a Rita disputa, de igual para igual.

RITA PASSOS: Acho que realmente falta incentivo para as mulheres dentro da família. O que eu já vi de parlamentar, no auge de uma votação, falando que vai embora porque tem que jantar com a família... Então, é condição que a família impõe e ela aceita. Não adianta ela ocupar uma cadeira e depois fazer isso. É importante mudar em casa o pensamento.

ALDA MARCO ANTONIO: Eu quero pedir que a vereadora Rosana Maioto, de São Caetano do Sul, faça a sua pergunta.



ROSANA MAIOTO: Com cota ou sem cota temos que incentivar as mulheres na política. Precisamos estar presentes. Eu gostaria de saber quem, no seu entendimento, poderia ajudar as mulheres na reforma?

KARINA KUFA: Eu acho que esses movimentos feministas que estão se desenvolvendo. A Liga das Mulheres, que é muito bem articulada. Há também um grupo de advogadas de todo o Brasil, consultoras em marketing... Nós estamos formando grupos de mulheres políticas e mulheres acadêmicas para tentar uma auxiliar a outra, porque são as mulheres que terão que buscar o direito delas; nenhum homem vai dar de mão beijada. Cota acaba tirando cadeira de homem, então, porque ele vai dar?

Vindo para cá eu li uma notícia no *Brasil Post* que questionava o parecer do deputado Marcelo Castro. E ele disse que não queria escrever aquilo no parecer, que foi pressionado pelos demais deputados, que não querem aprovar a cota. No final da entrevista as parlamentares disseram que se eles não aprovarem cotas, elas não vão votar a favor de nada do que eles querem na reforma política. Eu acho que é essa força que tem que ser feita. E reunir esses grupos. Por isso a ideia de reunir juristas e parlamentares. Para tentar dar um embasamento jurídico para as ações.

ALDA MARCO ANTONIO: Nós temos aqui uma figura que nos orgulha muito que é a primeira mulher a se tornar delegada especial de polícia aqui de São Paulo, a doutora Carlinda (*Carlinda de Almeida Agüero*).

CARLINDA AGÜERO: Eu também sou contra cotas em geral, acho discriminatório. Mas, no caso da política, para as pessoas se acostumarem com a participação das mulheres, é necessária. Então, gostaria de saber se é possível aprovar.

KARINA KUFA: A proposta de cotas de representação é a melhor proposta. Eu sou contra lista fechada, então acho que uma cota de representação - não cotas de cadeiras, como tem sido popularmente chamado - é a melhor saída para ter efetividade. A cota de candidaturas já se mostrou ineficiente exatamente por isso. Tem o aumento do percentual, mas tem o aumento do número de candidatos registrados. E há também o que a gente vê com muita frequência, que são as candidatas laranja. Para cumprir a cota de candidaturas - por dificuldade do partido ou falta de interesse -, o que eles fazem? Preenchem os 30% com candidatas laranja. São amigas, a empregada doméstica da casa e assim vai. O problema que eu vejo é quando a candidata laranja é servidora pública. Porque a servidora

pública pode se afastar recebendo proventos durante a campanha. E como laranja ela não faz campanha, muitas vezes não tem nem o voto dela, mas continua recebendo o salário. Isso, para mim, é improbidade administrativa e também fraude eleitoral. Eu vejo com maus olhos a cota de candidatura porque é difícil cumprir. A cota de representação é uma boa. E acho que é a forma de termos efetivamente os 30%. Igualdade é 50%, mas eu acho muito difícil aprovar de cara 50%, tem que ser uma coisa gradativa.

ALDA MARCO ANTONIO: A vice-coordenadora nacional do PSD Mulher, Adriana Flosi, esteve nesse final de semana em um encontro interessantíssimo e eu gostaria que ela falasse um pouquinho para nós.



ADRIANA FLOSI: No último final de semana celebramos os 25 anos do Global Summit of Women, que também é chamado de Davos das Mulheres. Nós estávamos lá em mil mulheres de 60 países e a principal pauta foi: como vamos estabelecer cotas de participação nos boards das empresas, portanto, nos conselhos de administração das empresas? O relatório apresen-

tado, que é bastante relevante, mostra que em um conjunto de 40 países onde as cotas foram implementadas - para cargos em conselhos de administração de empresas públicas ou privadas -, nós tivemos um avanço e chegamos a ter 25,3% de participação das mulheres. Se você pegar os cem países mais desenvolvidos do mundo, a participação é de 15%. Portanto não foi o desenvolvimento, foram as cotas que trouxeram isso. O Global Summit é para dizer a todas as mulheres do mundo: lutem para que no seu país você tenha cotas para que as mulheres possam ter participação na economia, porque quem financia as campanhas é o poder econômico e se as mulheres estiverem com o poder econômico nas mãos teremos mulheres fazendo esse trabalho para nós, reconhecendo as nossas cotas de participação. Nós já temos mulheres que estão nessa luta, alguns grupos. E sabemos que está em análise. Todo mundo está trabalhando muito com a presidente Dilma Rousseff para que ela aprove cotas de participação para mulheres nos conselhos de todas as estatais.

Dos 60 países que nós tínhamos lá, 45 já tem essa implementação de cotas não só na política, mas principalmente no poder econômico, em cargos de diretoria. Nós temos aqui na América Latina um número absolutamente baixo de 6,3% de participação. Nos últimos dez anos nós evoluímos só 1,3%. Nós tínhamos 5% e a gente cresceu 1,3%. Nós levamos dez anos para crescer isso. Se a gente não equilibrar com o sistema de cotas não teremos chance de chegar lá. Nós vamos chegar daqui a 250 anos e não podemos esperar tudo isso. A Rita é uma privilegiada porque isso não é a realidade da maioria das mulheres, e não só no Brasil, em todo o mundo. E mesmo nos países desenvolvidos. Eu queria, doutora Karina, partindo dos números expressivos que você nos passou, perguntar: no seu entendimento, qual é a melhor forma de lutarmos, nos mobilizarmos e conseguirmos aprovar o sistema de cotas? A gente tem que se mobilizar para isso. Como a gente faz isso?

KARINA KUFA: A partir do momento em que tivermos mais mulheres no poder nas empresas privadas, também teremos no parlamento e vice-versa. É um círculo virtuoso. Quanto às cotas de representação, acho que o processo é ainda muito dificultoso. A maior parte dos que vão votar na reforma são homens, então eu acho difícil passar. Mas não podemos desistir. Temos que continuar reunindo grupos, apresentar propostas, projetos, para que isso passe de alguma forma. Com ações afirmativas e o trabalho da mídia, que pode ajudar muito nisso.

ALDA MARCO ANTONIO: Eu quero ressaltar o que a Adriana fez nesse último final de semana. Mil mulheres, 60 países reunidos, um congresso internacional de mulheres que trabalham na iniciativa privada. No Google, no Yahoo, na Avon, nessas empresas bem grandes. E elas lutando por cotas nas diretorias. Eu achei muito interessante algo que a Adriana fez lá e que ela não contou aqui. Na fala dela, disse: "e vocês que estão nas empresas precisam aprender a apoiar mulheres quando elas se candidatam". Votar em mulher, porque a luta não é separada. A luta é uma só. A luta das mulheres que estão nas empresas é a mesma nossa que estamos nos partidos. E agora temos aqui entre nós um homem que quer falar. Não tem jeito, a reunião é de mulheres, mas sempre tem um homem que quer falar (risos). E ele diz que é feminista... Então, Eduardo Pavão, por favor.

EDUARDO PAVÃO: Na verdade, pegando o gancho do que a doutora falou, a mulher machista não colabora em nada com a causa. Nós, os homens feministas, esperamos poder colaborar para que a mulher tenha cada vez mais espaço e representação. Estou aqui pelo PSD Movimentos, presidido pelo Ricardo Patãh, e venho da organização que nos agrupa, que é a União Geral dos Trabalhadores. Quero dar o depoimento do que acontece na UGT. Nós operamos com



cotas de cargos. 30% dos cargos da UGT são ocupados estatutariamente por mulheres. E mesmo assim não é fácil. É uma luta enorme para encontrar esses quadros, para qualificá-los e para que essas companheiras possam realmente desempenhar suas tarefas de maneira afirmativa e se imporem politicamente dentro da central. Nada disso aconteceu porque nossos companheiros são feministas radicais e acham que tem que ser afirmativos, mas por conta de tratados internacionais; pela pressão dos movimentos sindicais europeu e americano, que nos apoiam; por definições da Organização Internacional do Trabalho. Enfim, uma série de movimentos internacionais nos forçaram a isso. Para que possamos ser tratados como iguais pelos centros mais evoluídos do sindicalismo mundial, nós precisamos mostrar que estamos fazendo nossa lição de casa em relação às mulheres. Então, podem contar com a UGT na luta pelas cotas para a afirmação. Se essa for a posição fechada pelo PSD Mulher, certamente a UGT vai estar batalhando por vocês e usando os nossos meios para pressionar.

IVANI BOSCOLO: Eu concordo em alguma coisa com você, Rita. Nem todas as mulheres sofrem algum tipo de retaliação ou pressão por serem mulheres. Eu não sofri em uma época da minha vida, sabe por quê? Porque eu fui dona de uma empresa que só tinha funcionários homens. Era uma empresa ligada ao setor automotivo e eu não tinha mulheres. Tinha uma secretária e o resto era tudo homem. Eles me obedeciam e eu saía de lá satisfeita. Talvez porque eu fosse a patroa. Eu queria perguntar para a Karina: será que um bom início para mudar essa mentalidade não seria

as escolas terem educação política? Mostrar para as crianças a importância que é entender, participar, saber de uma vida política.

KARINA KUFA: Sem dúvida. Você bateu no ponto certo. Há alguns anos nós mobilizamos um grupo na OAB justamente para isso: o curso de Direito Eleitoral na graduação passou a existir em algumas faculdades, mas ainda não é obrigatório. Então, se nós não falamos de política na faculdade, menos ainda nas escolas. E eu acho que é importante tratar de política na escola. As escolas devem trabalhar para as ações afirmativas de igualdade de gênero, raça, cor, porque somente criando nossos filhos e filhas com uma mentalidade mais política de igualdade é que a gente vai conseguir avançar. Meu filho brinca muito comigo. Às vezes ele solta uma frase machista e depois diz: “só falei para te provocar”. Então, ele já tem consciência do que é discriminatório. Eu acho que é importante, sim, a gente começar pelos pequenos.

ALDA MARCO ANTONIO: Quero agradecer a cada um dos presentes. Esse foi só o primeiro passo. Espero contar com todas na sequência da luta. A minha posição pessoal, não deixo nenhuma dúvida: sou a favor das cotas de eleição porque nós não podemos ficar abaixo do Afeganistão, onde as mulheres – às vezes, muitas meninas – têm que estudar escondido. E lá tem mais parlamentares mulheres do que no Brasil. Nós vamos buscar um elemento que possibilite à mulher participar mais ativamente da política. Igualitariamente aos homens vai ser muito difícil, mas pelo menos que nas instâncias de formulação de leis, que todos devem obedecer, que exista o pensamento feminino.



Presidente - Guilherme Afif	Conselho Superior de Orientação
1º Vice-presidente - Vilmar Rocha	Presidente - Gilberto Kassab
2º Vice-presidente	Guilherme Afif
Diretor de Relações Internacionais - Alfredo Cotait	Henrique Meirelles
Secretária - Alda Marco Antonio	Omar Aziz
Diretor Superintendente - João Francisco Aprá	Raimundo Colombo
	Otto Alencar
	Claudio Lembo
	Ricardo Patah
	Vilmar Rocha
	Guilherme Campos
	Eduardo Sciarra

Coordenadores dos Conselhos Temáticos	Conselho Consultivo
Política Econômica - Henrique Meirelles	Acre - Sérgio Petecão
Emprego e Trabalho - Ricardo Patah	Alagoas - Jorge Silvio Luengo Galvão
Gestão Pública e Transparência - Rubens Chammas	Amapá - Eider Pena
Pacto Federativo e Tributação - Samuel Hanan	Amazonas - Omar Aziz
Previdência - Reinhold Stephanes	Bahia - Otto Alencar
Educação - Alexandre Schneider	Ceará - Patrícia Pequeno G.C. Aguiar
Saúde - Eleuses Paiva	Distrito Federal - Rogério Rosso
Infraestrutura, Transportes e Energia - Eduardo Sciarra	Espírito Santo - José Carlos Fonseca Junior
Desenvolvimento Urbano - Paulo Simão	Goiás - Vilmar Rocha
Desenvolvimento Rural - Cesário Ramalho	Maranhão - Claudio Trinchão
Meio Ambiente e Sustentabilidade - Marcelo Cardinale Branco	Mato Grosso - Neurilan Fraga
Cultura - Danilo Miranda	Mato Grosso do Sul - Antônio Cesar Lacerda Alves
Esportes - Antonio Moreno Neto	Minas Gerais - Diego Andrade
Turismo - Marcelo Rehder	Pará - Helenilson Pontes
Indústria, Tecnologia e Inovação - Ozires Silva	Paraíba - Rômulo Gouveia
Inteligência e Mídias Digitais - Aleksandar Mandic	Paraná - Eduardo Sciarra
Justiça - Arnaldo Malheiros Filho	Pernambuco - André de Paula
Segurança Pública - Túlio Kahn	Piauí - Júlio Cesar
Desenvolvimento e Inclusão Social - Alda Marco Antonio	Rio de Janeiro - Índio da Costa
Participação e Cidadania - Ivani Boscolo	Rio Grande do Norte - Robinson Faria
Política Externa e Comércio Exterior - Embaixador José Botafogo Gonçalves	Rio Grande do Sul - José Paulo Dornelles Cairoli
Defesa Nacional - Gen. Antônio Luiz da Costa Burgos	Rondônia - Moreira Mendes
	Roraima - Rodrigo Jucá
	Santa Catarina - Antônio Ceron
	São Paulo - Alfredo Cotait Neto
	Sergipe - Jeferson Andrade
	Tocantins - Irajá Abreu

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2015 - Nº 4
ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD**
PSD - Site Nacional: www.psd.org.br Twitter Nacional: **@psd_55** Facebook Nacional: **psd.br**
 Coordenação - Scriptum Comunicação Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



www.espacodemocratico.org.br